

ARQUIVO PÚBLICO DE RIO CLARO: DE DEPÓSITO PARA REPOSITÓRIO DA MEMÓRIA, COM VALOR HISTÓRICO E FINALIDADE CULTURAL^{1 2}

Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira³



¹ Trecho adaptado das palavras do Monsenhor Jamil Nassif Abib, no artigo “A criação do Arquivo Rio-clarense”, ao comentar sobre as atividades iniciais do APHRC: “de mero depósito [...] para repositório da memória, com valor histórico e finalidade cultural (Boletim do Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982, p. 23).

² Este artigo conta com as sempre preciosas contribuições de Ana Maria Penha Mena Pagnocca, que integrou o quadro de servidores do APHRC desde a sua formação inicial, em 1981, permanecendo na instituição até a sua aposentadoria, no ano de 2014.

³ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo e especialização em Urbanismo Moderno e Contemporâneo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas FAU/PUCCAMP (1990 - 1993); mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP (2002) e doutorado em Ciências (Área: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU/USP (2016). Atualmente é Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (2017); membro do Conselho Nacional de Arquivos do Brasil - CONARQ (2020), representando o segmento dos arquivos públicos municipais; membro da diretoria da Associação de Arquivistas de São Paulo ARQ-SP (2021) e docente de curso de pós-graduação na Universidade Autónoma de Lisboa UAL (2022).



A criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC), por meio da Lei Municipal nº 1.573, de 11/10/1979, constituiu marco importante na preservação da memória local e ação pioneira na organização de instituição arquivística municipal, sobretudo quando consideramos que a preocupação em âmbito nacional ocorreu após uma década, com a publicação da Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados no Brasil.

A partir da data de sua institucionalização, o APHRC passou a ser responsável pelo tratamento técnico do patrimônio documental de Rio Claro, caracterizado pelos documentos produzidos e acumulados nas funções e atividades de cada órgão da administração local, essencialmente do poder executivo, ou recebidos de particulares, quando julgados de interesse para a construção da identidade e da memória coletivas.

Fundamentado nos documentos do acervo do APHRC, este artigo constitui breve relato sobre a criação da instituição arquivística na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo⁴, revelando fatos que contribuiram para a mobilização da classe política, bem como para a sensibilização da comunidade local sobre o destino correto de documentos administrativos, que se encontravam dispersos e depositados em espaços abandonados da Prefeitura, ou que estavam nas mãos de instituições ou de particulares.

Destaca a atuação pioneira de sua primeira diretora, Ana Maria de Almeida Camargo, entre 1980 e 1990, que iniciou os trabalhos de recolhimento, organização, preservação e acesso público aos documentos probatórios e aos registros históricos da cidade de Rio Claro, por meio de ações balizadas pela normativa arquivística, ainda incipiente, fazendo com que o APHRC se tornasse referência na sua área de atuação.

⁴ A cidade de Rio Claro está situada no Estado de São Paulo, distante 190 quilômetros da capital. Fundada em 1827, integra a Região Administrativa de Campinas e, atualmente, é município de destaque na recém-criada Região Metropolitana de Piracicaba. Com 201.418 habitantes (IBGE, 2022), à época da criação do APHRC contava com 110.202 habitantes (IBGE, 1980).



“NÃO SE PODE NEGAR O VALOR DA CRIAÇÃO DO ARQUIVO”⁵

Consideramos como primeira iniciativa para a criação do APHRC a publicação da Portaria nº 2.140, de 11/08/1977, por meio da qual o então prefeito Dermeval da Fonseca Nevoeiro Júnior (1977-1982) instituiu Comissão Especial⁶ encarregada de oferecer sugestões para a implantação de um arquivo municipal em Rio Claro. A equipe ficaria encarregada de trabalhar com três linhas norteadoras: a criação de autarquia com autonomia própria; a organização do acervo de forma “globalizante”, abrangendo os âmbitos histórico e administrativo, e o respeito às três idades dos documentos de arquivo, sendo elas as fases corrente, intermediária e histórica⁷.

Após três reuniões de trabalho, realizadas entre 07 e 18/10/1977, a Comissão Especial entregou aos vereadores estudo preliminar que resultou no Projeto de Lei nº 55/77, que foi encaminhado ao legislativo em 06/11/1977. Seguiu-se longo período de análise nas diversas comissões camarárias, resultando na inclusão de emendas à proposta original, que foi enviada para votação em 1979⁸.

O intervalo entre a proposição original de 1977 e a aprovação do projeto de lei de criação do APHRC, em 1979, foi marcado por embates entre vereadores e pela pressão de grupos interessados na preservação da memória local. A discordância no legislativo estava relacionada ao desconhecimento das atribuições da instituição arquivística, pois para alguns bastaria “ser uma seção do DEC” - Departamento de Educação e Cultura (JCRC, 18/06/1978) - ou ainda “ativar o arquivo do Museu”, que naquele momento dispunha de uma sala de documentação e arquivo, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 885, de 13/12/1963⁹ (JCRC, 23/01/1979).

⁵ Título extraído de reportagem jornalística do jornal Diário do Rio Claro, em 10/10/1979, p. 1, da Hemeroteca do APHRC.

⁶⁵ Da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 2.140, de 11/08/1977, fizeram parte os seguintes membros: Antonio Vicente Quilici Tedesco (presidente), Fernando Cilento Fittipaldi, Jamil Nassif Abib, Jeanne Berrance de Castro, Luis Angelo Cerri, Luso dos Santos Ferro, Roberto Felipe Palmari e Rui Cassavia (Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982, p.23).

⁷ Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982, p.23; JDRC, 13/07/1984.

⁸ Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982, p.23.

⁹ Anteriormente às iniciativas para a criação do APHRC, os documentos históricos do município foram recolhidos ao museu da cidade. Foi por meio da Lei Municipal nº 885, de 13/12/1963, que o Prefeito Oreste Armando Giovanni (1962-1964) autorizou “a cessão ao Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga, em custódia, do arquivo e documentação históricos do Município de Rio Claro [...] para efeitos de



Os vereadores que estavam mobilizados em salvaguardar e disponibilizar o patrimônio documental rio-clarense, na perspectiva histórica, defendiam a proposta original, reforçando que o Arquivo deveria “resguardar documentação valiosa e evitar o trabalho de colecionadores particulares, criando um órgão que viesse possibilitar consultas futuras e levantamentos históricos” (JDRC, 10/10/1979). Os grupos interessados na criação do Arquivo, constituídos de pessoas ligadas ao meio acadêmico e cultural¹⁰, denunciavam na imprensa local o abandono dos documentos públicos e a falta de acesso aos registros históricos, clamando pela urgência da aprovação da proposta e organizando ações para impactar e mobilizar a comunidade.

Para o Prefeito Nevoeiro Junior, o ano de 1978 foi dedicado a “convencer vereadores a aprovar o condenado projeto do arquivo histórico”, jocosamente denominado no legislativo de “Projeto Alma Penada”, devido ao fato de ficar tanto tempo sem tramitação nas comissões camarárias. Neste período, imagens ilustrativas de “Rio Claro antigo”¹¹ foram publicadas nos jornais locais e exposições fotográficas foram organizadas no Jardim Público, com reproduções de imagens dos casarões da área central, alguns demolidos, na intenção de despertar a curiosidade dos munícipes e de motivar o debate sobre a importância da preservação dos documentos e do patrimônio edificado da cidade.

Quando o projeto de criação do Arquivo Municipal voltava à pauta na imprensa, o destaque era para o seu viés histórico, uma vez que a instituição teria o objetivo “de resguardar a memória do município, centralizando toda a documentação pública e

pesquisas e estudos da história do Município de Rio Claro” (art.2º), abrangendo “o período compreendido entre a fundação de Rio Claro e o ano de 1930” (art.3º). Esta Lei foi revogada pela Lei Municipal nº 1.573, de 11/10/1979, que “Cria o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e estabelece outras providências” (Henriques, 2019).

¹⁰ A imprensa local noticiou que o cineasta Roberto Felipe Palmari sempre esteve empenhado na criação do APHRC, tendo enviado carta circular aos vereadores solicitando que retomassem a discussão do projeto original de 1977, respaldado em manifestações de apoio de figuras importantes do cenário cultural da cidade e do país, dentre eles o historiador Sérgio Buarque de Holanda (JCRC, 17/02/1979).

¹¹ As imagens que ilustraram a exposição “Rio Claro antigo” pertenciam ao funcionário público aposentado, José Constante Barreto “possuidor do maior acervo fotográfico e histórico sobre Rio Claro” que, naquele momento, cedeu as fotografias da sua coleção particular para a reprodução nos jornais locais (JCRC, 01/05/1977). Outras exposições foram organizadas como material fornecido pelo Grupo Banzo, integrado por pessoas interessadas nos assuntos e nos documentos relacionados à história da cidade (JCRC, 18/01/1979).



particular, a fim de que esta possa ser utilizada, pesquisada e divulgada”. Depoimentos de professores que atuavam na antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, como o da historiadora Jeanne Berrance de Castro, tiveram grande repercussão naquele momento, com a afirmação de que “a criação do arquivo é imprescindível, pois muitos documentos já desapareceram e outros estão nas mãos de particulares”¹² (JCRC, 19/01/1978).

O maior impacto resultou da publicação de imagens em matéria jornalística, no ano de 1979, “focalizando o abandono imposto pela administração municipal a importantes documentos históricos”, que “estavam jogados numa garagem” do Departamento de Serviços Municipais, “ao lado de pneus velhos e rolos de arame, sem as mínimas condições de conservação e preservação”. Naquele momento, a imprensa rio-clarense denunciava o descaso da municipalidade e clamava para que “os responsáveis pela conservação destes documentos” providenciassem “o recolhimento dos mesmos a um local mais adequado” (JCRC, 23/01/1979; JCRC, 25/01/1979).

Dois anos após o envio do texto original, com a incorporação de sugestões que pouco alteraram o projeto original, houve consenso no legislativo para a aprovação do “projeto, que tantas vezes perambulou antes de ser colocado em votação”¹³. A proposta final foi colocada em primeira votação no dia 10/10/1979 e foi aprovada no dia seguinte, em 11/10/1979, por meio da Lei Municipal nº 1.573, que “Cria o Arquivo Público e

¹² A imprensa local noticiou que o então deputado estadual José Felício “Gijo” Castellano contatou o reitor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Dr. Luiz Ferreira Martins, para expor a sua preocupação com o destino do acervo de “documentos valiosos, que registram grandes passagens da história rio-clarense, num verdadeiro acervo histórico-cultural”, de posse da Universidade, uma vez que estava sendo feita a transferência dos cursos de Ciências Sociais, de Rio Claro para outras unidades da UNESP no Estado de São Paulo (Henriques, 2019; JCRC, 25/05/1977).

¹³ Sobre a votação na câmara dos vereadores, Henriques (2019) informa que o Projeto de Lei nº 55/77, após parecer da Comissão de Justiça, Cultura e Assistência Social, e da Comissão de Finanças e Orçamento, foi aprovado em primeira discussão na noite do dia 10/10/1979 e, em segunda discussão, aos cinco minutos do dia 11/10/1979. Sem unanimidade no pleito, os votos contrários de Mário Alem, José Marcos Pires de Oliveira, Adhemar Cattuzo e Jessé Temple estavam relacionados à discordância da organização de uma autarquia, pronunciando a favor de que o arquivo municipal fosse incorporado a algum departamento da administração direta. O presidente da Câmara, Manoel José Silva, não colocou em votação as demais emendas apresentadas, que incluía um substitutivo do vereador Mário Alem, porque entendeu que os textos conflitavam com o projeto original. Sobre os assuntos polêmicos na tramitação do projeto de lei, durante as discussões no legislativo, duas denúncias foram formuladas pelos vereadores: uma de Jessé Temple, afirmando que “documentos sumiram do arquivo do museu e estão agora na faculdade”, e outra de Waldemar Karan, que anunciou “que um ex-prefeito queimou diversos documentos históricos importantes durante a sua gestão” (Boletim Arquivo de Rio Claro, 1982, p. 23; Henriques, 2019).



Histórico do Município de Rio Claro e estabelece outras providências”, posteriormente sancionada pelo Prefeito Nevoeiro Júnior, em 24/10/1979 (JCRC, 10/10/1979).

Reforçando o pioneirismo da iniciativa em Rio Claro, destacamos que a criação do APHRC foi anterior à promulgação do Decreto Federal nº 82.308, de 25/09/1978, que criou o Sistema Nacional de Arquivos no Brasil; do Decreto Federal nº 82.590, de 06/11/1978, que regulamentou as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e da Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil¹⁴.

“CÂMARA APROVOU O PROJETO CRIANDO O ARQUIVO HISTÓRICO”¹⁵

De acordo com a Lei Municipal nº 1.573, de 11/10/1979, o APHRC foi criado como entidade autárquica, com personalidade jurídica própria, dispondo de autonomia econômica, financeira e administrativa (art. 1º)¹⁶, com a competência exclusiva de:

- a) localizar, recolher, reunir, recuperar, organizar e preservar documentação pública e particular em geral, centralizando-a, a fim de que a memória do Município possa ser utilizada, pesquisada e divulgada por qualquer forma, com o objetivo de resguardar a sua gente;
- b) proteger o acervo, constituído por qualquer documento escrito - manuscrito ou impresso - iconográfico, fonofotográfico, pertencente a entidades públicas - Executivo, Legislativo e Judiciário - e particulares, culturais, religiosos, de pessoas físicas, estabelecimentos rurais, comerciais, industriais e outras;
- c) tomar, classificar e catalogar a documentação em seu poder, segundo as modernas técnicas arquivísticas;
- d) inventariar a documentação de terceiros, conforme os mesmos critérios;
- e) franquear o uso do acervo às entidades e ao público em geral, atendendo aos pedidos de informação, consoantes às disposições regulamentares. [...] (art. 2º, Lei Municipal nº 1.573/1979).

¹⁴ Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982, p. 23.

¹⁵ Título extraído de reportagem do Jornal Cidade de Rio Claro, em 11/10/1979.

¹⁶ Neste primeiro momento, para arcar com as despesas de instalação e início das atividades do APHRC, o Prefeito Nevoeiro Junior (1977-1982) foi autorizado a conceder à recém-criada autarquia municipal, no exercício de 1979, uma subvenção inicial coberta com recursos provenientes de anulação de verbas. Para o exercício de 1980, o APHRC deveria ter dotação orçamentária própria, bem como poderia receber repasses do poder executivo municipal e, ainda, dispor de receitas advindas de cursos, certidões, auxílios e subvenções e doações (arts. 9º, 12 e 13, Lei Municipal nº 1.573/79).



Em sua estrutura organizacional, o APHRC seria administrado pelo Conselho Superior composto de 9 membros (arts.3º), que apresentaria ao Prefeito, mediante lista tríplice, os candidatos que preencheriam os requisitos técnicos para o cargo de diretor (art.4º)¹⁷. Segundo esta lei, o gestor, de provimento em comissão, com vencimentos equiparados aos demais diretores municipais, seria de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, devendo ser “doutor, mestre, bacharel ou licenciado em história, com especialização, cursos, experiência e ou publicações em Arquivologia (art.5º)”. A estrutura se completaria com o quadro próprio de servidores, admitidos mediante concurso público (art.8º, Lei Municipal nº 1.573/1979).

A lei de criação do APHRC ainda determinou que a Prefeitura e a Câmara Municipal deveriam entregar à nova instituição “o arquivo e a documentação histórica de Rio Claro”, permanecendo a mesma “sob custódia, para efeito de consultas, pesquisas e estudos da história”, salvo aqueles registros porventura considerados de “caráter reservado”, que seriam “arquivados separadamente e consultados apenas por despacho favorável do Diretor” (art.14, Lei Municipal nº 1.573/1979).

Quase um ano após a promulgação da Lei de 1979, a primeira atividade da recém-criada instituição arquivística municipal ocorreu em 26/07/1980, com a reunião de posse do Conselho Superior, sob a presidência do Prefeito Nevoeiro Junior¹⁸. Na primeira reunião ordinária, em 16/08/1980, à convite do chefe do executivo, o destaque foi para a participação da “Prof.^a Ana Maria de Almeida Camargo, professora de História da Universidade de São Paulo”, que foi consultada sobre as necessidades financeiras, a dotação orçamentária e o local adequado para a instalação do arquivo municipal¹⁹. Na

¹⁷ A nomeação do Conselho Superior do APHRC ocorreu por meio do Decreto nº 2.469, de 04/02/1980, sendo que a elaboração do seu Regulamento se deu pelo Decreto nº 2.493, de 03/06/1980 e do Regimento Interno pelo Decreto nº 2.507, de 21/03/1981. Para a formação inicial, dos 9 conselheiros, 5 foram indicados pelo Prefeito e 4 foram indicados pela Câmara Municipal, para seguirem mandato de 8 anos, exercendo atividades sem remuneração. A substituição se daria com a indicação de novos nomes ao Prefeito, em lista tríplice, à medida da vacância do cargo (art. 3º, Lei Municipal nº 1.573/1979).

¹⁸ Fizeram parte do primeiro Conselho Superior do APHRC os seguintes membros: Fernando Cilento Fittipaldi, Francisco Anaruma, Jamil Nassif Abib, Jayr de Andrade Pimentel, Jeanne Berrance de Castro, José Carlos Cardoso, Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, Roberto Felipe Palmari e Ruy Cassavia. Todos estiveram envolvidos no processo de criação da Autarquia municipal (Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982, p. 24).

¹⁹ Segundo informações registradas na ata da primeira reunião do Conselho Superior do APHRC, em 16/08/1980, o local inicialmente disponibilizado pelo Prefeito para receber os documentos seria um prédio



segunda reunião, em 11/10/1980²⁰, o colegiado encaminhou ao Prefeito a lista tríplice para nomeação do diretor e, por meio da Portaria nº 2.607, de 21/11/1980, foi oficializado o nome de Ana Maria de Almeida Camargo para o cargo maior na Autarquia²¹.

Ainda sem dispor de sede própria²² e sem acervo recolhido, ganhou destaque na pauta da terceira reunião ordinária do Conselho Superior, em 26/02/1981, a composição do quadro de servidores para o APHRC. Naquela ocasião, ficou definida a necessidade de capacitação de funcionários municipais para as funções específicas, que aconteceu com o curso “Elementos de Arquivística”, ministrado pela Profa. Daíse Aparecida Oliveira, chefe da seção técnica de Manuscritos do Arquivo Histórico Municipal da Cidade de São Paulo²³ (JFSP, 17/09/1980) (Figura 1).

localizado na Avenida 5, esquina com a Rua 5, após as necessárias reformas. A pedido dos conselheiros, a especialista convidada, Ana Maria de Almeida Camargo, iria “providenciar um levantamento das condições do referido imóvel”, no intuito de orientar a escolha do local adequado para instalação do APHRC (Basso, 2019).

²⁰ A segunda reunião do Conselho Superior do APHRC foi realizada na Casa Paroquial da Paróquia de São João Batista, situada à Avenida 3, nº 688, tendo sido conduzida pelo presidente provisório Jamil Nassif Abib, e secretariada por José Carlos Cardoso (Basso, 2019).

²¹ Além do nome de Ana Maria de Almeida Camargo, na lista tríplice constavam os nomes de Eroz Chizzotti e de Raul de Carvalho. O nome de Ana Maria foi sugerido pelo padre Jamil Nassif Abib, então membro do Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), que reconhecia na professora de história da Universidade de São Paulo uma especialista da área de arquivos (Boletim Arquivo de Rio Claro, 1982, p. 24).

²² Na terceira reunião do Conselho Superior do APHRC, realizada na Delegacia de Ensino de Rio Claro, situada à Rua 7, nº 830, o conselheiro Rui Cassavia reforçou a intenção do Prefeito em instalar a recém-criada autarquia em prédio situado à Avenida 5, esquina com a Rua 5, questão que foi combatida por Jamil Nassif Abib, que defendia a construção de prédio próprio e, provavelmente, descartada após a constatação de suas condições inadequadas para receber o acervo.

²³ O curso sobre “Elementos de Arquivística”, segundo matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, ocorreu entre outubro e novembro de 1981, nas dependências da Escola Estadual “Marcelo Schmidt”, com aulas teóricas e práticas que trataram do ciclo vital do documento, das técnicas de arranjo da documentação e dos instrumentos de pesquisa (JFSP, 17/09/1980). Na quinta reunião do Conselho Superior do APHRC, realizada na sala de audiências da Prefeitura Municipal, em 21/03/1981, os nomes de Carmen Sílvia Rodrigues Camargo, Ana Maria Penha Mena Pagnocca e Márcia Regina Stecca foram apresentados como candidatas a funcionárias do APHRC, sendo todas aprovadas por unanimidade (Basso, 2019). Também integravam a equipe do APHRC, com funções administrativas, os servidores Sebastião Mainardi, Beatriz Moreira de Negreiros, Sílvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli, Neusa Maria Dagnolo, Luciano Calligaris e Maria Christina Mussolino.

Imagem 1 - Funcionárias do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, em março de 1984. Da esquerda para a direita: Sílvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli; Neusa Maria Dagnolo; Prof.^a Dra. Ana Maria de Almeida Camargo (diretora); Ana Maria Penha Mena Pagnocca, e Beatriz Moreira de Negreiros



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1984.

Ponto importante da quarta reunião do Conselho Superior do APHRC, realizada na sala de audiências da Prefeitura Municipal, em 07/03/1981, foi a definição da sede provisória - algumas salas do Pavilhão de Técnicas Comerciais da Escola Estadual “Chanceler Raul Fernandes” - que foi ocupada com os primeiros documentos recolhidos do Departamento de Serviços Municipais (JDRC, 16/04/1981). Como esclarecido, à época, pela diretora Ana Maria de Almeida Camargo, a sede inicial possibilitaria a abertura dos trabalhos, representando “uma ocupação temporária, apesar de ser um local adequado para a guarda de documentos e ao atendimento ao público”. Sua expectativa era que, num cenário próximo, após o recolhimento, conferência, listagem e organização preliminar, os documentos administrativos e históricos fossem disponibilizados para consulta dos servidores e dos munícipes (JDRC, 16/04/1981) (Figura 2).

Imagem 2 - Inauguração oficial do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC), ocorrida nas dependências da Escola Estadual "Chanceler Raul Fernandes" (sede provisória), em 17/12/1981. Da esquerda para a direita em primeiro plano: Dr. Mário Alem; Prefeito Dermeval da Fonseca Nevoeiro Jr.; Monsenhor Jamil Nassif Abib; Prof.^a Dra. Ana Maria de Almeida Camargo; Prof. José Sebastião Witter; Sr. João Blanco de Lima



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1981.

A partir de 1981, “todos os documentos administrativos municipais anteriores a 1975, foram entregues aos técnicos do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro”, tendo sido recolhidas “cerca de 50 toneladas de documentos amontoados em repartições públicas”. Outros conjuntos foram incorporados, como, por exemplo, o material recebido em doação, na data de 10/04/1981, quando “chegou em nossa cidade, um caminhão com cerca de 8 toneladas de livros e periódicos, doados pela Divisão de Arquivo do Estado”, basicamente composto por duplicatas de publicações oficiais (leis, relatórios e jornais) que foram cedidas ao APHRC pelo diretor Prof. José Sebastião Witter (JDRC, 16/04/1981, 25/04/1981 e 16/06/1981). Segundo esclareceu a diretora Ana Maria de Almeida Camargo, os documentos recolhidos passariam “por um minucioso trabalho de classificação de fundo, cronologia, ordem geográfica relacionada, até uma total

reorganização”, para que pudessem ser “recondicionados e imunizados no laboratório de restauro e conservação para, finalmente, ficarem à disposição do público, estudiosos, pesquisadores” (JDRC, 18/06/1981).

À medida da chegada dos documentos, em trabalho constante de sensibilização de conselheiros, de autoridades locais e da comunidade rio-clarense, Ana Maria de Almeida Camargo, nas reuniões do Conselho Superior e por meio de reportagens jornalísticas, constantemente esclarecia que o “arquivo deve ser o depositário de toda a documentação pública e histórica do Município, não tendo, porém, a finalidade de ‘fazer a história’ de RC, mas sim permitir que essa história venha a ser feita pela consulta em seu acervo” (Basso, 2019). Esse esforço de convencimento sobre as atividades do APHRC contou com a contribuição de autoridades internacionais, que estiveram em Rio Claro para conhecer o trabalho desenvolvido, tal como fez o Professor Salvatore Carbone, titular da Universidade de Cosenza e ex-diretor do Arquivo de Roma, na Itália (JDRC, 19/05/1981)(Figura 3).

Imagem 3 - Reunião no APHRC com autoridade internacional da Arquivologia, em 15/05/1981. Da esquerda para direita, em primeiro plano: Prof. Salvatore Carbone; Prof.ª Dra. Ana Maria de Almeida Camargo; Monsenhor Jamil Nassif Abib e demais participantes não identificados (Fonte: BR_APHRC_DI).



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1981.



Pelo volume de documentos recolhidos e recebidos em doação, as salas provisórias da Escola Estadual “Chanceler Raul Fernandes” logo se tornaram insuficientes para abrigar o acervo, e o destaque na imprensa local passou a ser a falta de “instalação adequada para o Arquivo, observando-se as recomendações técnicas de ambientes para esse fim, desde a circulação de ar, temperatura, até a funcionalidade arquitetônica”²⁴.

A partir de 1984, de acordo com as condições oferecidas pela municipalidade, o APHRC passou a ocupar edificação histórica adaptada, situada na área central da cidade, com mais espaço para armazenar o acervo e para receber os consulentes²⁵. O dia da inauguração da nova sede foi marcado por evento que contou com a participação de autoridades municipais e estaduais ligadas ao meio político e cultural, além de expressivo público que prestigiou o que a imprensa noticiou como “a ampliação do Arquivo Municipal”²⁶ (JDRC, 13/07/1984 e 14/07/1984).

Neste prédio histórico, o APHRC permaneceu até o ano de 2004, quando se mudou para os dois pavilhões adaptados, situados no Núcleo Administrativo Municipal (NAM), junto às demais secretarias da Prefeitura.

²⁴ Ana Maria de Almeida Camargo tinha como meta, que não foi concretizada, instalar o APHRC num “prédio apropriado”, cujo projeto arquitetônico entregue ao Prefeito Municipal seria “elaborado conforme as recomendações da UNESCO, para abrigar instituições arquivísticas” (JDRC, 18/06/1981). Valendo-se de informações colhidas na imprensa local, registramos que, no ano de 1981 havia a intenção de que o Arquivo desocupasse as salas provisórias da Escola Estadual “Chanceler Raul Fernandes” para se instalar em prédio definitivo, em área junto ao Centro Cultural, que ainda se encontrava em obras, cujo anteprojeto havia sido elaborado pela arquiteta Eloise Amado Fiusa, “a mais credenciada para esse tipo de obra no Brasil”, de acordo com as recomendações técnicas (JCRC, 17/05/1981; JDRC, 19/05/1981 e 29/08/1981).

²⁵ A mudança para a edificação histórica central, situada à Avenida 3 nº 568, esquina com a Rua 7, defronte à Praça da Liberdade, foi decidida pelo Conselho Superior em reunião de 30/04/1983. Em 30/06/1984, os conselheiros discutiram a possibilidade de mudar o nome do APHRC para “Arquivo do Município de Rio Claro”, mas a iniciativa não logrou êxito entre os vereadores, pois não há registros do envio dessa solicitação à Câmara Municipal (Basso, 2019).

²⁶ O evento de inauguração contou com a presença do Secretário Estadual da Cultura, Jorge Cunha Lima; do diretor do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado da Cultura, Zélio A. Pinto; do superintendente da Imprensa Oficial do Estado e presidente da Federação Nacional de Jornalistas, Audálio Dantas; do superintendente do Arquivo do Estado de São Paulo, José Sebastião Witter, além de autoridades municipais e segmentos da população ligados ao setor acadêmico e cultural. Na ocasião, foi feita a distribuição do Boletim do Arquivo de Rio Claro, o lançamento do livro “Poemas Azuis”, de Cida Bilac Jorge, e a abertura da Biblioteca Dr. Rui Arruda (JDRC, 13/07/1984; 14/07/1984; JRC 14/07/1984).



O PRIMEIRO PASSO PARA UM GRANDE CENTRO DE PESQUISA²⁷

Na inauguração da nova sede do APHRC, em 1984, ocorreu a exposição de fotografias em homenagem ao fotógrafo local, Augusto Knudsen, dando início a uma série de eventos culturais organizados pela diretora Ana Maria de Almeida Camargo, com a intenção de promover o contato entre a instituição e a comunidade, permitindo acesso ao acervo e dando visibilidade ao trabalho técnico desenvolvido na instituição arquivística. As exposições fotográficas que trataram do “Patrimônio Ambiental de Rio Claro” e de diversos aspectos da história da cidade foram sucesso de público, alcançando o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância da recuperação de registros da instalação da iluminação elétrica, da ferrovia e dos ferroviários, da educação e das escolas municipais, dos antigos carnavais, dentre outros²⁸.

Com o objetivo de divulgar o potencial informativo do acervo e o trabalho especializado que estava sendo desenvolvido na instituição, o APHRC investiu, desde os anos iniciais de sua criação, em publicações relacionadas à arquivologia e à história local. Ao final de 1981, a imprensa local noticiou o lançamento da edição fac-similar do “Almanak de São João do Rio Claro para 1893”, considerado “obra rara, fonte de suma importância para os pesquisadores rio-clarenses”; do “Inventário analítico dos documentos sobre Rio Claro existentes no Arquivo do Estado” e, especialmente, do primeiro número do “Boletim do Arquivo de Rio Claro”, publicação que, ao prestar contas das atividades do APHRC, e ao debater “questões que envolvem o trabalho arquivístico em seus múltiplos aspectos”, muitas vezes de forma pioneira, tornaram-se referência na área e fixaram ao APHRC “uma marca indelével na história de nossa cidade” (JDRC, 17/12/1981; JCRC, 17/12/1981)²⁹.

²⁷ Título extraído de reportagem do Jornal Diário do Rio Claro, em 13/07/1984, p. 7.

²⁸ Valendo-se da experiência do “Museu de Rua”, do arquiteto paulistano Júlio Abe, o APHRC realizou em fevereiro de 1988 a mostra “Velhos Carnavais”, com a reprodução de imagens ampliadas do acervo fotográfico, que ficou exposta na Praça da Liberdade, defronte à sede da Autarquia, durante os festejos do Momo. Participaram da concepção e da montagem desta exposição o servidor público Augusto Jerônimo Martini e, na condição de estagiária, a autora deste artigo, Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira (JDRC, 18/02/1988).

²⁹ Segundo informado no Boletim do Arquivo de Rio Claro nº 1, de 1982, lançado em 17/12/1981, a seção “Teoria e Prática” estaria “destinada ao debate de questões que envolvem o trabalho arquivístico em seus múltiplos aspectos”; a seção “Documento e História” estaria “reservada para divulgação de fontes sobre



Publicados no intuito de recuperar a história das famílias rio-clarenses, os quatro volumes da Coleção “Imigrantes Italianos em Rio Claro e seus descendentes” (1982-1988), de autoria de Lícia Capri Pignataro, trouxeram informações relacionadas à genealogia, identificada como uma demanda da comunidade³⁰. A diversidade de temas abordados nas publicações, estavam relacionados com a história local, como em “Crônica dos Prefeitos de Rio Claro” (1908-1983) (1983), “Efemérides Rio-Clarenses” (1983), “Inventário do Padre Delfim da Silva Barbosa” (1983)³¹, “Poemas Azuis” (1984), “A imprensa rio-clarense no século XIX” (1986), e “História de quem viveu a história da escravidão” (1989), dentre outros. Em abordagem ampliada, relacionada com a história nacional, merece destaque o álbum “São Paulo, 1932”, lançado como edição comemorativa ao cinquentenário da Revolução Constitucionalista, “contendo a reprodução fac-similar de jornais, opúsculos, folhas volantes, cartazes e postais que circularam durante a Revolução de 32, num total de mais de cem documentos a favor ou contra o conflito” (JDRC, 27/07/1982) (Figura 4).

Rio Claro”, e a seção “Notas e Informações” relataria as realizações e projetos do APHRC e de outras instituições congêneres. Figuras de expressividade na área da arquivística contribuíram com artigos nos Boletins semestrais do Arquivo de Rio Claro, publicados entre 1982 e 1993, dentre os quais destacamos, em ordem alfabética: César Gutierrez Muñoz, Daíse Aparecida Oliveira, Galba Ribeiro di Mambro, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Bellotto, Imma Puig Aleu, Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha, José Pedro Esposel, Manuel Vázquez, Raquel Glezer, Rolf Nagel, Rose Marie Inojosa, Vicenta Cortés Alonso e Viviane Tessitore. Nos artigos sobre a cidade de Rio Claro, destacamos, em ordem alfabética, os nomes de: Ana Maria Penha Mena Pagnocca, Fernando Cilento Fittipaldi, Maria Antonia Gardenal Molon, Oscar de Arruda Penteado, Padre Jamil Nassif Abib, dentre outros. As publicações impressas encontram-se digitalizadas e estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico: <http://aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>.

³⁰ O primeiro exemplar da coleção “Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes” foi lançado em 24/06/1982, e contou com a “presença de várias autoridades da área política, social e educacional” (JCRC, 23/06/1982).

³¹ O “Inventário do Padre Delfim da Silva Barbosa”, produzido em 1841 após a morte do primeiro vigário da paróquia da Vila de São João Batista do Ribeirão Claro, continha a reprodução do documento original e a sua transcrição, em “versão modernizada”, permitindo, nas palavras de Ana Maria de Almeida Camargo, “esclarecer uma série de aspectos sobre os quais os pesquisadores tinham dúvidas”, uma vez que os inventários “são fonte de primeira ordem para a reconstituição da história social em seus múltiplos aspectos” (JRC, 19/02/1983).

Imagem 4 - Lançamento do álbum "São Paulo, 1932" referente à Revolução Constitucionalista, obra produzida em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Imprensa Oficial, ocorrido nas dependências do Centro Cultural "Roberto Palmari", em 30/07/1982, que contou com a presença de "ilustres figuras que viveram a Revolução, assim como pessoas de relevo na comunidade" (JDRC, 27/07/1982). Da esquerda para a direita: Sr. Francisco Anaruma; Prof. José Carlos Cardoso; Prof. José Sebastião Witter; Sr. Julio Pucci; Prof.^a Dra. Ana Maria de Almeida Camargo; Sr. João Jutglar; Sr. João Blanco de Lima; Sra. Witter (Fonte: BR-APHRC_DI_004).



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1982.

A "Agenda Rioclarense" e as séries de cartões postais, organizados em temas e imagens da cidade, eram aguardados pelo público, que reconhecia o APHRC como repositório da história e da memória da comunidade³², ainda sem compreender o seu papel primordial na administração pública, com a gestão de documentos de arquivo, produzidos e acumulados nas unidades da prefeitura municipal.

³² Em missão especial da UNESCO no Brasil, o Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Dr. Charles Kecskemeti, sugeriu à Ana Maria de Almeida Camargo a "publicação de postais antigos e também atuais, para divulgação da cidade até mesmo em outros centros, como São Paulo" (JDRC, 21/05/1985). No site oficial do APHRC (<http://aphrioclaro.sp.gov.br/livros-e-publicacoes-tecnicas/>) estão disponibilizados, em meio digital, livros e publicações técnicas organizados pela Autarquia. Para a impressão dos diversos títulos organizados pelo APHRC, em virtude da escassez de recursos, foi viabilizada parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo e com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.



Na intenção de iniciar os trabalhos de gestão documental em Rio Claro, Ana Maria de Almeida Camargo empreendeu esforços junto ao poder legislativo local para a criação do Sistema Municipal de Arquivos. Em 1983, como informado em reportagem jornalística que trouxe a novidade dentre os “muitos planos para aprimoramento” do APHRC, essa iniciativa pioneira iria “facilitar a transformação do Arquivo em uma entidade didática”, fazendo dele um “órgão tão inovador que seu sistema de trabalho deverá ser adotado por outras cidades que acharem interessante o esquema montado”, constituindo “um modelo para o país” (JCRC, 21/10/1983)³³.

Em 29/03/1984, por meio da Lei municipal nº 1.883, foi instituído o Sistema Municipal de Arquivos, que integrou “todas as unidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta, onde se realizam atividades de arquivo”. Neste momento, a documentação da fase intermediária e os procedimentos de gestão documental, como a elaboração de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos, passaram a ser pauta na imprensa local, com a publicação de entrevistas com a diretora Ana Maria de Almeida Camargo, que esclarecia que a instituição do Sistema Municipal de Arquivos teria “a importante tarefa de assegurar a correta administração dos documentos”, regulando “seu fluxo, fixando responsabilidades, prazos de custódia, direitos de acesso, tornando ágil o processo de recuperação de informações” (JDRC, 18/10/1985)³⁴.

³³ A imprensa local noticiou que o APHRC, representado pela diretora Ana Maria de Almeida Camargo, integrou Comissão Especial constituída no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, com a finalidade de tratar da implantação de um Sistema Estadual de Arquivos (JCRC, 12/11/1983). Com o objetivo de conhecer o trabalho de gestão documental coordenado pela sua diretora, o APHRC recebeu a visita do então deputado estadual Manoel Moreira de Araújo Filho, e dos professores Antonio Euler Lopes Camargo e Ruy Tarso de Saroli, da cidade de Campinas/SP, interessados em “conhecer o Arquivo de Rio Claro para tê-lo como modelo na criação de um arquivo para Campinas, [...], pois ele funciona nos moldes modernos da arquivologia” (JCRC, 11/02/1984). O APHRC também recebeu visitas orientativas para implementação de arquivos municipais em Valinhos/SP (JCRC, 27/07/1984), Ituiutaba/MG (JRC, 26/08/1984), Uberaba/MG (JDRC, 01/02/1895) e São Carlos/SP (JDRC, 01/02/1985) em que a diretora Ana Maria de Almeida Camargo se comprometia com os técnicos a fornecer “amplo material técnico e jurídico, além de outros contatos na área” (JRC, 26/08/1984).

³⁴ Está registrado na imprensa local que na sessão camarária de 20/03/1984, “a mais longa sessão do ano”, foram aprovados por unanimidade dois importantes projetos de lei relacionados ao APHRC: “o Projeto de Lei de autoria do vereador Moacir Rossini e Outros - Dispondo sobre o patrimônio arquivístico de Rio Claro e instituindo o Sistema Municipal de Arquivos, e o Projeto de Decreto Legislativo do mesmo edil, conferindo o Diploma de Honra do Mérito ao Arquivo Público e Histórico de Rio Claro” (JCRC, 21/03/1984). Após a aprovação pelos vereadores, o PL seguiu para despacho final do Prefeito, tendo sido publicado na data de 29/03/1984.



Naquele mesmo ano de 1984, dando início a uma série de eventos que motivaram o debate sobre questões da Arquivologia que já estavam sendo apresentadas nos Boletins do Arquivo de Rio Claro, Ana Maria de Almeida Camargo promoveu uma série de encontros com figuras de destaque no meio acadêmico e na prática nas instituições de guarda de acervo. Heloísa Liberalli Bellotto, à época, responsável pelo Setor de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) esteve em Rio Claro participando de mesa-redonda sobre “Arquivos Privados”, junto aos funcionários do APHRC e representantes do Núcleo de Pesquisa e Documentação de São Carlos e do Museu Histórico de Jundiaí, evento que pretendia ser “o início de uma série a ser desencadeada com o objetivo de se discutir, trocar experiências e buscar soluções para os problemas geralmente enfrentados no setor”³⁵ (JDRC, 31/08/1984).

O ano de 1985 foi marcado pela repercussão das atividades do APHRC na comunidade arquivística nacional³⁶, em encontros históricos que foram noticiados na imprensa local. No intuito de conhecer a experiência de Rio Claro, destacamos a presença na cidade do coordenador do programa de implantação do Sistema Nacional de Arquivos, José Maria Jardim, e da assistente do programa de implantação do Sistema Estadual de Arquivos de São Paulo, Angela Marques da Costa. O pioneirismo da iniciativa em Rio Claro e a organização do arquivo como uma autarquia municipal eram vistos pelos especialistas como um “sistema elaborado e moldado de acordo com a realidade local, mas que ao mesmo tempo pode ser facilmente adaptado para outras unidades semelhantes”. Em reportagem jornalística, Jardim destacou que “as prefeituras de municípios de todo o país que têm procurado orientação no Arquivo Nacional para projetos semelhantes [...] têm sido aconselhadas a seguirem a metodologia empregada

³⁵ Naquele mesmo dia 30/08/1984, Ana Maria de Almeida Camargo recebeu no APHRC a visita de Carlos Cerqueira e Sydney Sérgio Solis, membros da Fundação Nacional Pró-Memória, para discutir a assinatura de um convênio entre as duas instituições, cujas tratativas haviam se iniciado no mês de junho, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnico-científica e a possibilidade de obtenção de verbas para os projetos do APHRC, como o laboratório de restauração de documentos (JDRC, 31/08/1984).

³⁶ Ultrapassando fronteiras nacionais, em 15/05/1981, o APHRC recebeu visitas de expoentes da área, como o professor Salvatore Carbone, titular de Arquivologia da Universidade de Cosenza, na Itália, e ex-diretor do Arquivo de Roma, então Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, em missão oficial da União das Nações Unidas (UNESCO) (JCRC, 17/05/1981; JDRC, 19/05/1981). A diretora Ana Maria de Almeida Camargo também recebeu representantes do Ministério de Finanças da Nicarágua (JRC 11/04/1985).



no Arquivo do Município de Rio Claro”, uma vez que “em todos os encontros, cursos e seminários promovidos em nível de arquivologia, a experiência de Rio Claro sempre é citada como ponto referencial para Arquivos, despertando o interesse das pessoas diretamente ligadas ao assunto” (JDRC, 01/11/1985; JRC, 01/11/1985).

No cenário internacional, a repercussão dos trabalhos dirigidos por Ana Maria de Almeida Camargo pode ser medida com a vinda do Secretário Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Dr. Charles Kecskemeti, em missão especial da UNESCO no Brasil, com a finalidade de visitar o Arquivo Nacional, o Arquivo do Estado de São Paulo e um arquivo municipal que, no caso, foi escolhido o APHRC. Dessa visita participaram a diretora do Arquivo do Estado de São Paulo, Prof.^a Inês Etienne Romeu, e a “professora de Arquivística da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, dra. Heloísa Liberalli Bellotto” e, dentre os diversos assuntos, trataram da criação de “uma legislação específica sobre Arquivos e uma lei de acesso em todo o País visando os documentos privados, normalmente guardados e com conteúdo suficiente para se fazer qualquer levantamento” (JDRC, 21/05/1985; JRC, 17/08/1985).

O destaque do ano de 1987 foi a realização do “I Seminário Nacional de Arquivos Municipais”, que contou com a participação de autoridades e especialistas na área e inúmeros servidores envolvidos com a gestão de arquivos (Figura 5).

Imagem 5 - Faixa instalada no Paço Municipal para receber os participantes do “I Seminário Nacional de Arquivos Municipais”, organizado pelo APHRC, realizado em Rio Claro, em 29/10/1987 (Fonte: BR_APHRC_DI_012).



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1987.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido no APHRC, conduzido pela sua diretora, rendeu à Autarquia o “Diploma de Honra ao Mérito”, outorgado pela Câmara Municipal, por meio do Decreto Legislativo nº 103/85. Noticiado na imprensa local como “justa homenagem àquela autarquia, que vem desenvolvendo um trabalho que tem merecido considerados elogios de autoridades ligadas à área da arquivologia”, o destaque era de que o “Arquivo do Município de Rio Claro tem sido tomado como modelo para todo o País” (JCRC, 22/11/1985; JDRC, 23/11/1985; JRC, 22/11/1985). Na sequência do reconhecimento do trabalho, em 1988, pelo Decreto Legislativo nº 136, conforme Processo nº 9135, a “Professora Ana Maria de Almeida Camargo, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Rioclarense, bem como ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, recebeu merecida homenagem de reconhecimento da Câmara Municipal de Rio Claro, sendo agraciada com o título de Cidadã Rioclarense” (JDRC, 01/03/1988).



Ana Maria de Almeida Camargo continuou desempenhando suas funções de diretora do APHRC até a data de 27/07/1990, quando retornou à Universidade de São Paulo, instituição onde era docente desde 1969, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

ARQUIVO CRESCERÁ MUITO [...] O TRABALHO BEM ORIENTADO PROSSEGUE³⁷

Desde 1981, sob a direção inicial de Ana Maria de Almeida Camargo, o APHRC “Oscar de Arruda Penteadó”³⁸ tem reunido, por transferência ou recolhimento, documentos produzidos e acumulados nas unidades da administração pública municipal, essencialmente do poder executivo, além de registros provenientes de instituições privadas, constituindo documentação extensa e diversa, de gêneros textual, iconográfico, audiovisual, fonográfico e tridimensional.

Do acervo de documentos probatórios, pela quantidade de itens, destacamos o “Fundo Prefeitura Municipal de Rio Claro” (1847-2002), constituído por diversas séries, dentre elas os “Processos de Construção de Obras Particulares” (1936-2009), documentos de guarda permanente, probatórios das atividades relacionadas às edificações na cidade, e os “Registros de Óbito” (1876-1995), solicitados para recuperação de informações referentes à genealogia. Pelo valor histórico, destacamos o “Fundo Câmara Municipal de Rio Claro” (1845-1932), com livros-ata que testemunham a elevação do antigo povoado à categoria de vila e a rotina administrativa da municipalidade; o “Fundo Ciretran” (1935-1975), com prontuários de habilitação de condutor de veículos automotores e de tração animal, e o “Fundo Cartório Criminal de Rio Claro” (1836-1930), com processos criminais e outros documentos judiciais.

Em relação aos fundos privados, devido a sua relevância, que permite traçar um perfil do cenário político e social do Brasil a partir da década de 1930, merece destaque o “Fundo Plínio Salgado” (1847-2002), composto por documentos que apresentam a

³⁷ Título extraído de reportagem do Jornal Diário do Rio Claro, em 13/07/1984.

³⁸ A Lei Municipal nº 2.540, de 26/03/1993, “Dá a denominação ao Arquivo Público e Histórico do Município de “Oscar de Arruda Penteadó”, servidor público municipal que se aposentou como Chefe de Divisão do Arquivo e Cadastro Patrimonial da Prefeitura Municipal de Rio Claro”.



extensa atividade política do titular como líder do movimento “Ação Integralista Brasileira” (AIB), nominado em 2014 como parte do “Programa Memória do Mundo” (MOW), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)³⁹. Registra-se ainda o “Fundo Fazenda Santa Gertrudes” (1877-1960), com documentos que atestam parte da rotina administrativa da unidade produtiva de café, e o “Fundo Maria Cecília Bárbara Wetten” (1971-1995), rio-clarense que colaborou com grupos e organizações que se posicionavam contra o regime militar no Brasil, na década de 1970.

Destacamos também a “Coleção Rio Claro de Fotografias”, que dispõe de mais de 24 mil imagens sobre épocas e assuntos variados e que registram a história do município; a “Coleção Argemiro Martins Dias” (1925-1982), composta por material cartográfico sobre a formação dos bairros e a expansão da cidade ao longo da primeira metade do século XX, e a “Coleção Marcello Schmidt” (1892-1919), com documentos relacionados à vida privada e à atuação política do produtor, nas diversas funções públicas que exerceu em Rio Claro.

A Hemeroteca do APHRC tem relevância pela diversidade de títulos publicados desde a segunda metade do século XIX e pelo interesse do consulente. Com exemplares de periódicos rio-clarenses desde 1873, dispõe de jornais de grande circulação na cidade até os dias atuais, como o “Diário do Rio Claro” e o “Cidade de Rio Claro”, ambos com regularidade nas suas edições desde a década de 1930⁴⁰.

³⁹ O Fundo Plínio Salgado é composto por mais de 40 metros lineares de documentos textuais, e 1.111 itens, acondicionados em 85 caixas-arquivo. Os documentos incluem correspondência pessoal; 456 títulos bibliográficos que incluem exemplares raros de sua autoria; atas produzidas pelos núcleos da AIB e diretórios do Partido de Representação Popular (PRP); 3.280 fotografias relacionadas à sua vida familiar e política; 570 exemplares de jornais e revistas, com destaque para “A Offensiva”, “O Aço Verde”, “Monitor Integralista”, “Revista Anauê” e “Acção”, e 29 caixas-arquivo com objetos pessoais e materiais de propaganda política. Reportagem jornalística de 02/10/1983 informa que a viúva de Plínio Salgado, D. Carmela Salgado, esteve em Rio Claro naquela semana para conhecer as instalações do APHRC. Acompanhada da diretora Ana Maria de Almeida Camargo, e “destacando a arquitetura do prédio e as condições de localização e de acondicionamento de seu acervo”, ela manifestou ao Prefeito sua “esperança de que a documentação de Plínio Salgado venha a integrar o acervo do Arquivo, de importância básica para os estudiosos do integralismo” (JRC, 02/10/1983).

⁴⁰ A Hemeroteca do APHRC foi inicialmente constituída pelos exemplares doados pela empresa jornalística “Diário do Rio Claro”, mediante Termo de Custódia firmado em 06/09/1986, que garantiu que a coleção de jornais, no estado em que se encontrava, passaria à guarda e uso do APHRC.



O TEMPO PRESENTE NO APHRC

Das ações recentes no APHRC, com vistas à adaptação às atuais necessidades da instituição arquivística, destacamos a publicação da Lei Complementar nº 0132, de 23/05/2018, que reorganizou a estrutura administrativa que até então se encontrava regulamentada pela lei de sua criação, de 1979. O novo texto tem possibilitado maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas no APHRC e tem permitido que as ações planejadas, em cumprimento de suas atribuições técnicas, sejam executadas em consonância às atuais discussões que norteiam o trabalho arquivístico⁴¹. Por meio da nova lei foram criadas três coordenadorias - de Arquivo Intermediário, de Arquivo Permanente e de Difusão do Acervo - subordinadas, hierarquicamente, à Superintendência, cada qual com atribuições específicas em relação às atividades-fim do APHRC, estando ocupadas por servidores em função de confiança⁴².

Conquista importante para os servidores do APHRC foi a aprovação da Lei Complementar nº 0133, de 23/05/2018, que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro 'Oscar de Arruda Penteado'", que possibilitou a participação dos funcionários no processo de promoção de carreira, valorizando o comprometimento com o bom desempenho de suas funções, a bem do serviço público.

As ações de gestão documental, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Arquivo Intermediário, foram iniciadas a partir da publicação do Decreto Municipal nº

⁴¹ Apesar de suas atribuições legais e do seu relevante papel nas ações de governabilidade, contribuindo na desburocratização de procedimentos administrativos, agilizando a tramitação de documentos e permitindo o acesso à informação pública, o orçamento do APHRC é reduzido e depende, exclusivamente, de dotações orçamentárias da Prefeitura.

⁴² O quadro de servidores do APHRC está atualmente composto por 9 servidores efetivos, estando 2 em afastamento solicitado, sendo 5 do grupo superior (3 analistas de gestão documental; 1 analista de gestão municipal e 1 historiador), 2 do grupo administrativo (2 auxiliares de administração) e 2 do grupo operacional (1 agente de serviços gerais e 1 condutor de veículos), sendo 3 deles pertencentes também ao grupo gerencial (Coordenador de Arquivo Intermediário; Coordenador de Arquivo Permanente e Coordenador de Difusão do Acervo), ocupados por servidores efetivos, em função de confiança. O único cargo de provimento em comissão é o de Superintendente. A Lei Complementar nº 0133/2018 definiu no quadro de servidores do APHRC, que estaria completo com 25 cargos, as funções de analista em tecnologia da informação e de técnico em conservação de documentos, além de mais vagas para analista de gestão documental.



11.464, de 20/05/2019, por meio do qual foi constituída a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA), no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Rio Claro, com a nomeação dos seus membros. Ineditamente, foram definidos os Planos de Classificação (PC) e as Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD) da Administração Pública do Município (Decreto Municipal nº 11.572/2019) e das Atividades-Fim das Secretarias Municipais da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção (Decreto Municipal nº 11.574/2019), de Meio Ambiente (Decreto Municipal nº 11.699/2019), de Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário (Decreto Municipal nº 11.939/2020), e da Fundação Municipal de Saúde (Decreto Municipal nº 12.782/2022), estando em processo de finalização os documentos para as demais unidades da administração pública municipal⁴³.

Das diversas ações para preservação, organização e acesso ao acervo que estão sendo planejadas e implementadas na Coordenadoria de Arquivo Permanente, destacamos o tratamento técnico dispensado às séries mais consultadas do “Fundo Prefeitura Municipal de Rio Claro” – os “Registros de Óbito” (1876-1995) e os “Processos de Construção de Obras Particulares” (1936-2009) – em trabalho que priorizou a conservação preventiva dos suportes⁴⁴, a digitalização dos documentos e a indexação das informações, de maneira a disponibilizar a documentação de forma ágil e efetiva, resguardando os originais no suporte papel, já fragilizados pela ação do tempo e manuseio recorrente⁴⁵.

⁴³ Segundo o Relatório de Atividades do APHRC do ano de 2023, o Arquivo Intermediário dispõe de acervo com cerca de 27.871 caixas-arquivo e 465 metros lineares de documentos fora de caixa (fichas, livros e pacotes). Realizou 8.684 atendimentos à administração municipal, disponibilizando 11.381 itens documentais referentes aos processos de protocolo e de construção, prontuários do servidor, ordens de pagamento e Declaração Cadastral Municipal - DECA.

⁴⁴ O Laboratório de Conservação foi planejado pela diretora Ana Maria de Almeida Camargo, no ano de 1984, logo após o APHRC ocupar a sua sede em área central da cidade. Com essa finalidade, a então diretora recebeu a visita da D. Guita Mindlin, “especialista em preservação e restauração de documentos, [...] com larga vivência no ramo”, que “discutiu junto aos funcionários do Arquivo as suas experiências adquiridas em Madri”. Segundo matéria jornalística, não existia no interior do Estado de São Paulo laboratório semelhante, “o qual somente pode ser encontrado no Arquivo Municipal de São Paulo e em estados isolados do País”. A intenção de Ana Maria de Almeida Camargo, em mais essa iniciativa pioneira, era oferecer cursos de capacitação, ministrados por D. Guita Mindlin, e, com o início dos trabalhos, atender os museus e bibliotecas de Rio Claro e região (JDRC, 28/07/1984).

⁴⁵ Os trabalhos de rotina da Coordenação de Arquivo Permanente podem ser conferidos nos relatórios anuais do APHRC, que trazem a quantificação em relação às atividades de higienização, indexação, digitalização e incorporação de documentos à base de dados; ao recebimento diário de correspondência



A disponibilização diária de conteúdo nas redes sociais, potencializada pelas restrições impostas pela pandemia da COVID-19 tem favorecido o contato e a comunicação da Coordenadoria de Difusão do Acervo com a comunidade, em números crescentes de engajamento de público interessado no acervo e nas atividades técnicas e especializadas que estão sendo planejadas e implementadas no APHRC⁴⁶.

Para além das suas atribuições precípuas de preservar, organizar e dar acesso ao patrimônio documental de Rio Claro, o APHRC tem investido em ações para envolver a comunidade nos assuntos relacionados à história e à memória, bem como nas atividades técnicas desenvolvidas em uma instituição arquivística. Concebido com documentos do acervo e voltado às crianças em idade escolar, o “Projeto ArqAventuras: atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar” tem possibilitado o acesso aos documentos considerados de valor histórico e o desenvolvimento da percepção e do espírito crítico dos estudantes em relação às informações neles contidas. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o material para atividades lúdicas (quebra-cabeças, jogos da memória, de tabuleiro, de adivinhações, painéis fotográficos e livro com arte-colagens), que atende aos portadores de necessidades especiais, tem sido oferecido nas visitas pedagógicas e nos eventos para capacitação de professores que são realizados, mensalmente, no APHRC, bem como tem sido utilizado pelos docentes no cotidiano escolar, com a aplicação do material que foi oferecido em doação a cada uma das 37 escolas públicas municipais.

Inspirada nos trabalhos da sua primeira diretora e mentora, Ana Maria de Almeida Camargo, a equipe do APHRC vem cumprindo com as atribuições legais da instituição

e dos jornais locais; às visitas técnicas com elaboração de pareceres e relatórios técnicos e ao atendimento presencial e remoto aos consulentes. De acordo com o Relatório de Atividades do APHRC do ano de 2023, o Arquivo Permanente realizou 439 atendimentos ao consulente, sendo 91 de forma presencial, disponibilizando 11.509 itens documentais.

⁴⁶ O APHRC disponibiliza conteúdo nas seguintes redes sociais: *Instagram* (<https://www.instagram.com/arquivoderioclaro/>); *YouTube* (<https://www.youtube.com/channel/UCOMMeygCXhg3jbFUog3yTYw/videos>), onde pode ser acessado o vasto material do Projeto Memória Viva, depoimentos baseados na metodologia da história oral; *Facebook* (<https://www.facebook.com/arquivopublicoehistoricoderioclaro/>), e *Pinterest* (<https://br.pinterest.com/arquivoderioclaro/>), além de oferecer acesso parcial ao acervo no site oficial da Autarquia (<http://aphrioclaro.sp.gov.br/>) e permitir contato remoto pelo *WhatsApp* institucional (<https://api.whatsapp.com/send?phone=5519995625563&text=Contato%20pelo%20site>).



arquivística, em sintonia com as demandas da comunidade⁴⁷. O trabalho realizado, para além da ideia de depósito de documentos, está sendo reconhecido como espaço de educação, cidadania, cultura, memória e lazer e como órgão integrado à gestão pública municipal, estratégico para o apoio à tomada de decisões, transparência e eficiência administrativas, bem como um serviço de informação que provê os seus cidadãos de instrumentos e meios para a defesa e garantia de direitos individuais e coletivos.

REFERÊNCIAS

- BASSO, Talita Gouvêa. *Informações extraídas do Livro Ata nº 1, do Conselho Superior do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro*. Rio Claro: out.2019.
- BASSO, Talita Gouvêa; FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. *Para além da morte. Os registros de óbito como fonte da memória social*. Artigo enviado ao 10º Mestres e Conselheiros, Agentes Multiplicadores do Patrimônio, Belo Horizonte/MG: ago.2018.
- HENRIQUES, Amilson Barbosa. *Pequena história do Arquivo de Rio Claro através do jornal Cidade de Rio Claro*. Rio Claro: out.2019.
- RIO CLARO (Arquivo Público e Histórico do Município). *Boletins Arquivo Rio Claro*. Rio Claro, 1982-1993. Disponível em: <<http://aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Periódicos da Hemeroteca do APHRC

- Jornal Cidade de Rio Claro* (JCRC): edições de 01/05/1977; 25/05/1977; 19/01/1978; 18/06/1978; 23/01/1979; 25/01/1979; 17/02/1979; 10/10/1979; 11/10/1979; 17/05/1981; 17/12/1981; 23/06/1982; JCRC, 21/10/1983; 12/11/1983; 11/02/1984; 21/03/1984 e 22/11/1985.
- Jornal de Rio Claro* (JRC): edições de 19/02/1983; 02/10/1983; 14/07/1984; 01/11/1985 e 22/11/1985.
- Jornal Diário de Rio Claro* (JDRC): edições de 10/10/1979; 16/04/1981; 25/04/1981; 19/05/1981; 16/06/1981; 18/06/1981; 29/08/1981; 17/12/1981; 27/07/1982; 13/07/1984; 14/07/1984; 18/10/1985; 01/11/1985; 23/11/1985; 12/02/1988; 18/02/1988, e 01/03/1988.
- Jornal Folha de São Paulo* (JFSP): edição de 17/09/1980.

⁴⁷ Desde o ano de 2017, o APHRC tem como superintendente a autora deste artigo. Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira iniciou suas atividades na instituição como estagiária do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, tendo trabalhado nos anos de 1988 e 1989 na organização dos “Processos de Licenciamento de Obras Particulares” e na realização de ações de difusão cultural e educativa, participando da concepção e da execução de exposições fotográficas. Desenvolveu pesquisas e trabalhos acadêmicos com o acervo do APHRC, com destaque para o Trabalho Final de Graduação (FAU/PUCCAMP, 1990), a dissertação de mestrado (FAU/USP, 2002), e a tese de doutorado (IAU/USP, 2016), e em 24/01/2012 foi indicada, em lista tríplice, para compor o Conselho Superior do APHRC, nomeada em 28/02/2012. Permaneceu atuando como conselheira até ser indicada pelos pares para compor nova lista tríplice para ocupar o cargo de superintendente do APHRC, no qual permanece até a data atual, tendo sido nomeada pela Portaria nº 14.557 de 02/01/2017 (2017-2020) e pela Portaria nº 17.438 de 04/01/2021 (2021-atual).



Legislação

- RIO CLARO (Município). *Lei nº 885, de 13 de dezembro de 1963*. Autoriza a cessão ao Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, em custódia, do arquivo e documentação históricos do Município de Rio Claro”. Disponível em: <<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19630885&NroLei=885&Word=&Word2=>>>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Lei nº 1.573, de 11 de outubro de 1979*. Cria o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19791573&NroLei=1.573&Word=&Word2=>>>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Lei Complementar nº 132, de 23 de maio de 2018*. Reorganiza o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, “Oscar de Arruda Penteadado”, e dá outras providências correlatas. Disponível em: <http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2018/05/20180530_899.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Lei Complementar nº 133, de 23 de maio de 2018*. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, “Oscar de Arruda Penteadado”. Disponível em: <http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2018/05/20180530_899.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Regimento Interno de 15 de agosto de 2018*, do Conselho Superior do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2018/08/20180817_910.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Decreto nº 11.464, de 20 de maio de 2019*. Dispõe sobre a constituição de Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Rio Claro e dá outras providências. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2019/05/20190524_970.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Decreto nº 11.572, de 04 de setembro de 2019*. Dispõe sobre os arquivos públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Município de Rio Claro, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2019/09/20190913_1007.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Decreto nº 11.574, de 05 de setembro de 2019*. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2019/09/20190913_1007.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- RIO CLARO (Município). *Decreto nº 11.699, de 20 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2019/12/20191227_1044.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.



RIO CLARO (Município). *Decreto nº 11.939, de 17 de setembro de 2020*. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria Municipal da Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2020/09/20200925_1153.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

